



# Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



**Volume XIV, n. 5, set. 2020**  
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

## **EIXO 5 - EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.05.23>

Recebido em: **22/07/2020**

Aprovado em: **24/07/2020**

GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR  
GENDER AND SEXUAL ORIENTATION IN THE COMMON NATIONAL CURRICULAR  
BASE GÉNERO Y ORIENTACIÓN SEXUAL EN LA BASE CURRICULAR NACIONAL  
COMÚN

DIANA MELO SILVA

<https://orcid.org/0000-0002-1640-2093>

## **Resumo**

O presente artigo objetiva analisar como as temáticas de gênero e orientação sexual são tratadas nas três versões da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Procedeu-se com uma pesquisa documental, mediante a qual buscou-se mapear se as discussões acerca das referidas temáticas se encontram presentes em cada uma das versões da BNCC. Como resultado, descobriu-se que tanto na primeira como na segunda versão da BNCC as temáticas de gênero e orientação sexual são tratadas de forma explícita e de modo transversal. Já na terceira versão há uma exclusão de qualquer termo referente a gênero e orientação sexual. Por fim, conclui-se que a terceira versão da BNCC representa um retrocesso na abordagem das referidas temáticas.

## **Abstract**

This article aims to analyze how the themes of gender and sexual orientation are treated in the three versions of the National Common Curricular Base - BNCC. We proceeded with a documentary research, through which we sought to map if the discussions about these themes are present in each of the BNCC versions. As a result, it was found that both in the first and in the second version of the BNCC, gender and sexual orientation issues are treated explicitly and transversally. In the third version, there is an exclusion of any term referring to gender and sexual orientation. Finally, it is concluded that the third version of the BNCC represents a setback in the approach of these themes.

## **Resumen**

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo se tratan los temas de género y orientación sexual en las tres versiones de la Base Curricular Común Nacional - BNCC. Continuamos con una investigación documental, a través de la cual buscamos mapear si las discusiones sobre estos temas están presentes en cada una de las versiones de BNCC. Como resultado, se descubrió que tanto en la primera como en la segunda versión del BNCC, las cuestiones de género y orientación sexual se tratan de manera explícita y transversal. En la tercera versión, hay una exclusión de cualquier término que se refiera al género y la orientación sexual. Finalmente, se concluye que la tercera versión del BNCC representa un revés en el enfoque de estos temas.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente texto procura identificar os motivos pelos quais as discussões referentes a gênero e orientação sexual foram excluídas da versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ao longo do estudo, em diálogo com a produção teórica acerca do assunto, em especial, aquela que trata da importância dessa temática no ambiente escolar, procuramos investigar quais foram as razões que levaram a retirada dessas temáticas da BNCC, uma que elas estavam presentes nas duas versões anteriores do documento.

Assim, entendendo que, de uma forma ou de outra, esse assunto transborda a necessidade de se está incluso nas escolas, coube-nos questionar: por que um assunto tão importante e que já fazia parte do currículo escolar desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PNC) foi excluído da versão final da BNCC?

O debate sobre gênero e orientação sexual nos dias de hoje continua sendo alvo de intensas disputas e resistências. Para alguns, trata-se de temas que devem ser afastados do currículo escolar. O argumento é que a escola iria impor aos alunos um gênero e incentivar a prática sexual precoce. Para outros, trata-se justamente do contrário: a intenção é orientar os estudantes com o intuito de ajudar a diminuir os índices de desigualdade referente à mulher e os altos índices de violência contra a mulher, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, LGBTs e também contribuindo para um convívio em sociedade sem tantos rótulos para com homens ou para com as mulheres, permitindo que cada pessoa decida o que melhor lhe convém em termos de orientação sexual e identidade de gênero.

A cultura de termos uma sociedade repleta de divisões acaba por criar homens e mulheres machistas, mulheres oprimidas, como também homens oprimidos. E a questão é: o que tudo isso tem a ver com a discussão de gênero e orientação sexual na escola? Na escola a criança não desenvolve apenas as habilidades cognitivas; lá ela aprende também valores e maneiras de comportamentos, pois como destaca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, art. 2º).

Assim, a escola é um lugar onde também se aprende a respeitar os outros, a desnaturalizar as desigualdades, a quebrar o patriarcado, a vivenciar a não violência. Lá também se pode aprender que homens e mulheres têm suas diferenças, mas no quesito sexo, o que não quer dizer que existam comportamentos definidores da masculinidade e da feminilidade fora dos padrões culturais de cada época e lugar, pois como dizia Beauvoir (1949, p. 9): “ninguém nasce mulher: torna-se”.

Diante do exposto, entendemos que a finalidade da escola é fazer com que o aluno se desenvolva, passando-lhe segurança, e falar sobre gênero e orientação sexual é algo que trará um melhor desenvolvimento no convívio social e pessoal.

Por esse motivo, procuramos neste artigo, pesquisar a abordagem dessas temáticas na BNCC, identificando como ocorreu o processo de elaboração do referido documento, as discussões, etapas e os setores sociais que disputaram o assunto gênero e orientação sexual na construção do mesmo. Partimos do pressuposto de que com a discussão de gênero e sexualidade no ambiente escolar, em

conjunto com os pais, pode melhorar os dados de violência e a discriminação nas escolas e também fora dela.

O presente artigo está organizado, além dessa introdução e das considerações finais, em três partes, nas quais tratamos sobre as discussões teóricas acerca das temáticas de gênero e orientação sexual, o processo de elaboração da BNCC e a análise das suas três versões para entendermos como as temáticas se encontram presentes em cada uma delas, quais os motivos que ocasionaram a retirada dessas temáticas do documento e as possíveis consequências que isso pode causar.

## **2 AS DISCUSSÕES TEÓRICAS ACERCA DOS TEMAS GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL**

A discussão sobre a orientação sexual do ser humano é um tema que, apesar de ter ganhado espaço nas últimas décadas, ainda enfrenta muita resistência por se tratar de um assunto tabu. Isso por que a sexualidade não se restringe apenas a falar sobre sexo e questões afins; ela engloba aspectos sociais, psicológicos, físicos, entre outros.

O mesmo se aplica ao gênero, tema hoje já comentado por quase todos, mas que ainda não é bem compreendido, conforme atestam as alegações segundo as quais sua abordagem no ambiente escolar acabaria com a inocência das crianças.

Mas como diferenciar os três conceitos: gênero, identidade de gênero e orientação sexual? Conforme Oliveira e Costa (2016), sexo está associado a tudo o que se refere às características físicas do ser humano: os órgãos genitais, o formato do corpo e tudo aquilo que dá característica à materialidade corpórea. Sendo assim, as pessoas podem ser do sexo masculino, do sexo feminino ou intersexuais (aquelas que possuem características físicas de ambos os sexos).

Ainda de acordo com os autores, gênero é um conceito que tem a ver com a cultura, o que é ensinado e passado de geração em geração, as diferenças que são produzidas nas relações de poder na sociedade entre homem e mulher, os tipos de hierarquias, o jeito como se comportam, enfim, muitas outras características que são associadas às normas de convívio entre o homem e a mulher sem ter relação com a genética ou outras características corpóreas.

Já a identidade de gênero está relacionada à como você se relaciona como o masculino e o feminino, se enxergando, se sentindo homem ou mulher, independente do sexo biológico. Por fim, a orientação sexual é basicamente a atração que uma pessoa sentirá por outra, os relacionamentos afetivo-sexuais, sendo eles por atração ao sexo oposto, pelo mesmo sexo ou, por fim, quando se sente atração por ambos os sexos - os denominados bissexuais (OLIVEIRA; COSTA, 2016).

Ao tratar sobre o surgimento do conceito de gênero, a historiadora estadunidense Joan Scott (1995, p. 72) destaca:

[...] o termo "gênero" parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em

termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer [sic] um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado.

O termo gênero é pautado no estudo de ambos os sexos, abordando a feminilidade e a masculinidade; um precisa do outro, sendo trabalhados transversalmente, conforme está presente nos PCN, documento de 1997 que indica o modo como pode ser trabalhado este conceito de orientação sexual no ambiente escolar, as fases, as finalidades; nada passando dos seus limites educacionais e da perda da inocência das crianças. Como é possível ler no referido documento (BRASIL, 1997, p. 287):

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro.

É visto que é preciso conhecer seu próprio corpo e ter conhecimento da diversidade para entendê-la e respeitá-la. É importante salientar que a finalidade da abordagem desses temas tem base em estudos científicos que comprovam o seu valor educacional e suas diversas abrangências referentes aos contextos aplicados em sala de aula e que não trará divergências entre ambas as partes. Mesclando tanto o que se encontra presente nos PCN, LDB, Constituição Federal e estudos de pesquisadores da área das ciências sociais e estudos feministas, a sociedade só teria a ganhar com o ensino voltado ao tratamento de gênero e orientação sexual sem seus muitos tabus. Pois, como descrito nos PNC (BRASIL, 1997, p. 295):

[...] o estudo da sexualidade reúne contribuições de diversas áreas, como Educação, Psicologia, Antropologia, História, Sociologia, Biologia, Medicina e outras. Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade, entendida de forma bem mais ampla, é expressão cultural. Cada sociedade desenvolve regras que se constituem em parâmetros fundamentais para o comportamento sexual das pessoas. Isso se dá num processo social que passa pelos interesses dos agrupamentos socialmente organizados e das classes sociais, que é mediado pela ciência, pela religião e pela mídia, e sua resultante é expressa tanto pelo imaginário coletivo quanto pelas políticas públicas, coordenadas pelo Estado. A proposta de Orientação Sexual procura considerar todas as dimensões da sexualidade: a biológica, a psíquica e a sócio cultural, além de suas implicações políticas.

Trabalhar as questões de gênero e a orientação sexual seria algo que só traria benefícios para o ser humano e também para a sociedade, pois como estão bem expressas nos PCN, às finalidades estão englobadas em diversas áreas de conhecimentos, sendo interligadas em tudo o que fazemos.

Assim, como descreve Scott (1995, p. 75): “[...] o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”. A sociedade vem construindo o papel de cada pessoa sem permitir que elas

mesmas escolham o que querem, inibindo-as de saírem dos rótulos que as rodeiam: “isso é de homem”, “isto é de mulher”. Atributos como esses e outros as sujeitam a uma vida em que tendem a ficar presas ao lar ou serem sempre fortes, tornando-as castradas, como bem aponta Cixous (2017).

### 3 CONHECENDO O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA BNCC

A BNCC “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica” (BRASIL, 2018, p. 7).

Na primeira versão constava apenas a sigla BNC, embora a designação já fosse Base Nacional Comum Curricular. Ela é datada de 16 de setembro de 2015, sendo um documento estilo rascunho, contendo apenas 302 páginas com as ideias para reorientar o currículo escolar. Houve mobilização de escolas de todo o Brasil, comitês de educação, consulta pública online para discutirem sobre o referido documento para assim se apontarem mudanças ou se retirar questões que não estavam de acordo com o modelo de ensino esperado. Essa primeira versão foi analisada e redirecionada para mais ajustes, passando, então, para a construção da segunda versão que foi disponibilizada em 03 de maio de 2016, tendo ela 652 páginas e sendo uma versão já mais elaborada. Os tópicos já estavam mais alinhados e os conteúdos mais amplamente direcionados para cada ano de escolaridade. Seguiu-se novamente o mesmo processo de participação online de professores e especialistas, só que desta vez ocorrendo um seminário em cada um dos estados com os professores, gestores e especialistas para debater sobre a segunda versão da BNCC.

Nesses seminários foram repassados questionários para os participantes com perguntas referentes à estrutura da BNCC, sendo avaliados os pontos positivos e negativos acerca da escrita e também da contextualização do documento; as questões que se apresentavam incoerentes e aquelas que necessitavam de mais atenção.

Toda essa avaliação acarretou mais mudanças referentes a conteúdos, escrita do texto, e de pontos que necessitavam de mais atenção, dando assim início à terceira versão, um documento com 600 páginas, trazendo consigo uma estrutura mais amplamente distribuída entre tópicos, conteúdos, habilidades adequadas a cada idade, etc. É justamente essa versão, entregue em abril de 2017 e homologada em 20 de dezembro do mesmo ano, que trouxe consigo a retirada das questões de gênero e orientação sexual da BNCC.

### 4 GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NAS TRÊS VERSÕES DA BNCC

Com base na análise das três versões da BNCC, elaboramos um quadro com trechos onde se analisa a semelhança entre cada uma delas, tendo a controvérsia de que as duas primeiras contêm gênero e orientação sexual de forma explícita, mas na terceira até a simples menção a essas palavras foi excluída.

**Quadro 1 – Comparativo da abordagem das temáticas gênero e orientação sexual nas três versões da BNCC.**

<b>PARTE DO DOCUMENTO ONDE OS TEMAS APARECEM</b>	<b>1ª VERSÃO</b>	<b>2ª VERSÃO</b>	<b>3ª VERSÃO</b>
		“Ao respeito e ao	

Princípios introdutórios	<p>“Desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas próprias qualidades, prazer e “cultivar o convívio afetivo e social, fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, para que sejam apreciados sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero, condição física ou social, convicções ou credos” (BRASIL, 2015, p. 7).</p>	<p>acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação, bem como terem valorizados seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual devem se comprometer” (BRASIL, 2016, p. 34).</p>	<p>“Em 2010, o CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/20106” (BRASIL, 2018, p. 11).</p>
Educação Infantil	<p>“Em função disso, o foco do trabalho pedagógico deve incluir a formação pela criança de uma visão plural de mundo e de um olhar que respeite as diversidades culturais, étnico-raciais, de gênero, de classe social das pessoas, apoiando as peculiaridades das crianças com deficiências, com altas habilidades/superdotação e com transtornos de desenvolvimento” (BRASIL, 2015, p. 19).</p>	<p>“Conviver com crianças e adultos em pequenos grupos, reconhecer e respeitar as diferentes identidades e pertencimento étnico-racial, de gênero e de religião” (BRASIL, 2016, p. 68).</p>	<p>“Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas” (BRASIL, 2018, p. 38).</p>
Educação Física	<p>LIEF1COA004 “Realizar brincadeiras e jogos presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo as diferenças de gênero, étnico-raciais, religiosos, de classe social e de aparência e/ou desempenho corporal” (BRASIL, 2015, p. 99).</p>	<p>(EF01AR17) “Refletir sobre as experiências corporais pessoais e coletivas desenvolvidas em aula de modo a problematizar as questões de gênero, corpo e sexualidade” (BRASIL, 2016, p. 237).</p>	<p>(EF12EF01) “Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho dos colegas” (BRASIL, 2018, p. 227).</p>
	<p>CNBI3MOA010 “Analisar as implicações</p>	<p>(EM35CN03)- “Analisar as implicações culturais e sociais da teoria darwinista nos</p>	

Ciências da Natureza	culturais e sociais da teoria darwinista nos contextos das explicações para as diferenças de gênero, comportamento sexual e nos debates sobre distinção de grupos humanos, com base no conceito de raça, e o perigo que podem representar para processos de segregação, discriminação e privação de benefícios a grupos humanos” (BRASIL, 2015, p. 202).	contextos das explicações para as diferenças de gênero, comportamento sexual e nos debates sobre distinção de grupos humanos com base no conceito de raça, e o perigo que podem representar para processos de segregação, discriminação e privação de benefícios a grupos humanos” (BRASIL, 2016, p. 625).	(EF09CI10) “Comparar as ideias evolucionistas de Lamarck e Darwin apresentadas em textos científicos e históricos, identificando semelhanças e diferenças entre essas ideias e sua importância para explicar a diversidade biológica” (BRASIL, 2018, p.351).
Ciências Humanas e Sociais	CHSO3MOA009 “Problematizar a divisão de classes no modo de produção capitalista, a divisão de trabalho segundo o sexo e as implicações para as relações de gênero e a divisão de trabalho segundo cor, raça ou etnia” (BRASIL, 2015, p. 301).	“a desnaturalização da cultura e da organização social e, em decorrência, a sensibilização e o estranhamento com diversas formas de desigualdade (socioeconômica, racial, de gênero e identidades (culturais, religiosas, étnico-raciais, geográficas)” (BRASIL, 2016, p. 628).	“Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer” (BRASIL, 2018, p. 561).

Fonte: Elaboração própria a partir das três versões da BNCC.

#### 4.1 Gênero e orientação sexual na primeira versão da BNCC

Na primeira versão da BNCC a menção a gênero era amplamente abordada em quase todo o documento. Era escrito bem claramente a presença de gênero e orientação sexual e o documento trazia claramente argumentos pautados nessa temática, a qual era introduzida desde a Educação Infantil. Nessa versão do documento eram pautados temas que possibilitavam os/as estudantes terem uma boa relação em suas imensas diferenciações, propiciando um ambiente que quebrasse os frequentes casos de homofobia; uma educação voltada a desmistificar o conceito de que a mulher é apenas do lar, ou também um objeto para satisfazer as vontades masculinas na hora que eles bem quiserem e que o homem tem que prover da renda e ter uma masculinidade alfa. Assim, nessa versão, garantia-se a abordagem de questões que traziam maiores relevâncias a cada etapa escolar, trabalhando para um sujeito crítico capaz de refletir sobre o assunto exposto. Como pode-se acompanhar pelo fragmento abaixo:

Conhecer, fruir e analisar criticamente diferentes práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social e em diferentes sociedades, em distintos tempos e espaços, **respeitando as diferenças de etnia, gênero, sexualidade e demais diversidades** (BRASIL, 2015, p. 86, grifo nosso).

Nessa versão da BNCC, as questões de gênero e orientação sexual estavam presentes também quando da abordagem de atividades corporais. O tratamento dessas temáticas interligadas às brincadeiras e jogos trazia grandes significados para melhor solucionar situações corriqueiras tipo: isso é de menino e isso é de menina, assim como outras diversas interpretações referentes ao sexo que rodeia o ambiente escolar. Diante disso era exposta a problemática que impulsionasse os princípios de cooperação, bem apresentados no componente curricular Educação Física:

Contribuir, de maneira solidária, na resolução coletiva das problemáticas vividas nas brincadeiras e jogos, reconhecendo as diferenças de gênero, etnia, religião, classe social, aparência e desempenho corporal, com base nos princípios de justiça, equidade e solidariedade (BRASIL, 2015, p. 101).

A presença de orientação sexual aparece apenas em uma única parte na primeira versão da BNCC: no estudo da Biologia, no Ensino Médio, pautando-se também em trabalhar as questões de âmbito social e caráter político, ético e moral, referindo-se ao jovem como um sujeito capaz que precisa estar bem informado, tendo pleno conhecimento sobre os vários questionamentos que norteiam sua vida individual e social, ou seja, está com a mente bem informada sobre seu próprio corpo e tendo a capacidade de compreender o corpo do colega ao lado.

As questões de gênero também se encontravam presentes nos termos referentes à evolução de padrões e processos de diversificação da vida nos objetivos de aprendizagens em Sociologia no Ensino Médio, trazendo referências para a análise da cultura e das diferenças. Na ocasião, o documento traz uma contextualização histórica, social e cultura referente dedicada a “compreender a perspectiva socioantropológica sobre sexo, sexualidade e gênero” (BRASIL, 2015, p. 300). A ideia era proporcionar um estudo que contemplasse a promoção de questionamentos, inquietações, dúvidas e, por fim, chegar a um conhecimento coerente com os alunos, para que sejam capazes de responder suas próprias dúvidas.

## 4.2 Gênero e orientação sexual na segunda versão da BNCC

Na segunda versão da BNCC os tópicos sobre as questões de gênero e orientação sexual continuaram sendo contemplados no decorrer do documento, inclusive nas questões que envolviam o aprendizado na Educação Infantil. A prova disso é que o mesmo parágrafo já citado nesse artigo acerca do assunto que continha na primeira versão continuou na segunda.

Estavam também apresentados os direitos que devem ser proporcionados às crianças, adolescentes e jovens no que diz respeito ao desenvolvimento ético:

**Ao respeito e ao acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação**, bem como terem valorizados seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual devem se comprometer (BRASIL,

2016, p. 34, grifo nosso).

Em sua segunda versão apresentam-se habilidades para melhor compreender e respeitar as diversas características que abrangem o corpo humano, não somente as físicas e biológicas, mas o indivíduo em si, sua vida social. Tratando-se de que as crianças, adolescentes e jovens precisam conviver com as diferentes expressões artísticas e culturais no ambiente escolar, possibilitando um aumento da curiosidade deles, pois são observadoras, e sedentas por querer saber o porquê de tudo e também a curiosidade de se entender, e para isso o professor tem que:

CONVIVER com crianças e adultos e com eles criar estratégias para investigar o mundo social e natural, **demonstrando atitudes positivas em relação a situações que envolvam diversidade étnico-racial, ambiental, de gênero, de língua, de religião** (BRASIL, 2016, p. 80, caixa alta dos autores; negrito nosso).

As temáticas de gênero e orientação sexual vinham problematizar as questões no âmbito social, político, ético e moral. Dessa forma, a disciplina de Arte trazia contribuições às diversas manifestações corporais, vindo a possibilitar um ambiente reflexivo de modo a problematizar assuntos tabus. Na área de ciências humanas buscava-se

A **desnaturalização** da cultura e da organização social e, em decorrência, a sensibilização e o estranhamento com diversas formas de desigualdade (socioeconômica, racial, **de gênero** e identidades (culturais, religiosas, étnico-raciais, geográficas) (BRASIL, 2016, p. 628, grifo nosso).

Tais temáticas vinham preparar os estudantes para um melhor convívio em sociedade e para compreender que, independentemente do sexo biológico, nosso corpo necessita de liberdade, é sensível e almeja ser compreendido e respeitado.

#### 4.3 Gênero e orientação sexual na terceira versão da BNCC

A terceira versão trouxe consigo um retrocesso referente à menção de gênero e orientação sexual. Nessa versão elas ficarão ausentes. Elas somente podem ser observadas se bem analisados os contextos onde aparecem as palavras “diferenças e diversidades”, como se apresenta no documento:

Por esse motivo, a BNCC se concentra mais especificamente na construção de valores relativos ao **respeito às diferenças** e no **combate aos preconceitos de qualquer natureza**. Ainda assim, não se pretende propor o tratamento apenas desses valores, ou fazê-lo só em determinadas etapas do componente, mas **assegurar a superação de estereótipos e preconceitos expressos nas práticas corporais** (BRASIL, 2018, p.221, grifo nosso).

Trechos genéricos como esses estão presentes na versão final da BNCC, substituindo os tópicos onde se encontravam presentes as afirmações explícitas às temáticas de gênero e orientação sexual nas outras duas versões. Um trecho bem similar aos mesmos trechos onde se pautava o estudo do corpo humano e sua diversidade presentes nas duas versões anteriores encontra-se assim na terceira versão:

(EF09CI10) Comparar as ideias evolucionistas de Lamarck e Darwin apresentadas em textos científicos e históricos, identificando semelhanças e diferenças entre essas ideias e sua importância para explicar a diversidade biológica (BRASIL, 2018, p. 351).

Após analisadas as três versões, foi percebido que há menção a gênero e orientação sexual nas duas versões, dando ênfase a gênero, por ser a temática que mais se encontra presente nos documentos. Apresentam-se bem contextualizadas em torno do texto, sendo trabalhada na Educação Infantil, Educação Física, Arte, Biologia, Geografia, História, Sociologia, não vindo exatamente como um conteúdo, mas são citadas como objetivos/habilidades e também aparecem em partes introdutórias de algumas áreas, sendo temáticas trabalhadas transversalmente.

## 5 MOTIVOS QUE OCASIONARAM A RETIRADA DAS DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL DA BNCC

Uma análise das opiniões contrárias e favoráveis ao tratamento dos temas gênero e orientação sexual na escola ajuda a entender os motivos pelos quais esses assuntos passaram a não constar na versão final da BNCC.

As opiniões contrárias estão associadas à menção de que com os estudos dessas temáticas a escola estaria criando um ambiente onde as crianças iriam sair experimentando tudo (as várias orientações sexuais), distorcendo suas identidades para saber o que melhor lhes convém e, com isso, acabaria por colocar em risco a família tradicional. Também argumenta-se que este seria um assunto a ser tratado somente pelos pais, pois não cabe à escola ensinar sobre sexualidade.

Esses argumentos são usados pela bancada religiosa, na Câmara dos Deputados, Câmara de Vereadores, pelas pessoas e órgãos que se declaram contrários ao tratamento escolar dessas questões. Para isso, costuma-se fazer uso distorcido do assunto, como é possível ver no discurso do deputado federal Victório Galli:

Então o que significa gênero? Gênero seria uma construção pessoal, autodefinida, ou seja, ninguém deveria ser identificado como homem ou mulher, mas teria de **inventar** sua própria identidade. Quer dizer que essas pessoas acham que “ser homem” e “ser mulher” são papéis que cada um representa como quiser? Exatamente. Para eles, não existe “homem” e “mulher”, cada um deve **inventar sua própria personalidade, como quiser** (GALLI, 2015, p. 48, grifo nosso).

O que podemos observar no discurso do deputado Vicório Galli é o atropelo de suas palavras, pois gênero não é algo inventado, nem ao menos algo que o homem ou a mulher será o que quiser, isso são requisitos que vem ao seu desenvolvimento, algo de sua genética, algo que não é mudado simplesmente pelo querer, ou seja, não é algo inventado, você é o que você se sente confortável a ser e não o que a sociedade quer que você seja por questões do sexo masculino/feminino.

Os motivos vêm sempre pautados na ideia de que irão destruir a identidade das crianças e também destruir a base familiar. Como declara o líder da bancada evangélica, o deputado Takayama (PSC-PR):

A questão da opção de gênero e ideologia de gênero que estão querendo colocar goela abaixo das nossas crianças do ensino básico e ensino fundamental, não podemos aceitar. Queremos marcar presença comunicando ao presidente que 82% desse país é cristão e nós representamos as famílias. Nós não aceitamos essa questão de um menino nascer homem e querer dizer: bom, depois de um cinco seis anos de idade já pode então escolher optar por ser uma mulher. Não existe nem base científica para alicerçar essas teorias de uma minoria que quer azucrinar com a base da família, a família brasileira (TAKAYAMA, 2017, online).

É visto que os argumentos pelo então líder da bancada religiosa é algo que vai contra ao que era posto na BNCC referente às questões de gênero e orientação sexual, visto também que a discussão destas temáticas não iria proporcionar uma quebra na base familiar nem mesmo mexer com os 82% dos cristãos, até porque a importância dessas discussões era proporcionar um melhor convívio entre todos.

A terceira versão da BNCC, antes de ser aprovada, contemplava as discussões de gênero e orientação sexual, mas esses posicionamentos dirigidos ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e ao Ministério da Educação (MEC) ocasionaram a retirada por completo das palavras gênero e orientação sexual da BNCC em apenas dois dias antes do referido documento ser aprovado (MARIANA TOKARNIA, 2017, online). Ação essa que deixou os próprios membros do MEC e demais pessoas que participaram do processo de construção do documento por meio das votações um tanto surpresas referentes ao tempo de estudos e pesquisas, votações para chegar a um então retrocesso.

## **6 AS CONSEQUÊNCIAS QUE A AUSÊNCIA DESSAS TEMÁTICAS TRARÃO NO AMBIENTE ESCOLAR E NA SOCIEDADE**

O não uso de informações, esclarecimentos, práticas que cultivem o respeito e as diversidades, não sendo tocadas na raiz do problema poderá acarretar um agravamento nas gerações futuras como já vem ocorrendo claramente na geração presente. A não discussão poderá agravar o problema tanto no aspecto educacional quanto no aspecto do convívio em sociedade e individual, pois são temas que seu teor teórico não cabe ser somente discutido pela família. Sabe-se que 70% dos casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes ocorrem principalmente no ambiente familiar, causados por: pais, padrastos, tios, etc. (VILELA, 2019, online). E é justamente na escola que grande parte desses casos podem ser descobertos a partir do momento que os professores relatam o que caracteriza um abuso sexual.

O não uso de informações e de práticas que incentivem o respeito ao corpo do outro continua a trazer mulheres mais amedrontadas, reféns a um estupro em cada esquina, feminicídios e relações inseguras. Os dados de violência contra a mulher, como aponta Marcella Lourenzetto do noticiário Jovem Pan neste ano de 2019, os casos de violência por conhecidos eram de 60% em 2017 e agora chegam a ser 76%, sendo elas violência física (visual), violência psicológica (não visual), violência sexual, violência patrimonial e violência moral. Ainda de acordo com a pesquisa do Jornal Brasil de Fato:

Em 2017, 26.834 mil estupros foram registrados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) no país, o equivalente a 73 por dia. As mulheres foram vítimas de 89% das violações sexuais. Elas também representam 67% dos registros de violência física no mesmo ano, sendo que o Distrito Federal registrou o maior índice: 75% (SUDRÉ, 2019, online).

No ano de 2018 os feminicídios tiveram um aumento de 4%. Os dados desse ano tendem a ser maiores, pois os casos neste ano de 2019 obtiveram um certo aumento. Cerca de 90% das mulheres já sofreram algum tipo de violência (FRANÇA, 2018, online).

As vidas dos LGBTs também não costumam ser seguras. Os traços dessas violências, como aponta o jornal Brasil de Fato:

Em 2017, houve 12.112 registros de violência contra pessoas trans e 257.764 casos de violência contra homossexuais ou bissexuais no Brasil. Por dia, foram 11 agressões às pessoas trans e 214 contra homossexuais ou bissexuais. (SUDRÉ, 2019, online).

Infelizmente, parte dessas violências também se encontram presentes no ambiente escolar, onde as vítimas tendem a escutar piadas maldosas, agressões e, muitas vezes, não se tem um apoio de professores, justamente porque muitos docentes não têm uma noção de como podem tratar dessas situações, não recebem formações e, às vezes, são pessoas conservadoras, o que acaba por oprimir ainda mais a vida dos homossexuais e eles se sentem forçados a sair da escola. Como declara a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABLGBT) em uma carta enviada ao MEC:

Ser omissos e não nominar especificamente a orientação sexual e identidade de gênero na BNCC significa respaldar e ser conivente com o preconceito, a discriminação, o estigma e a violência vivenciados por estudantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) nos ambientes educacionais e, pior, significa indiferença e inércia por parte das autoridades constituídas em assumir sua obrigação de tomar medidas para garantir a segurança e a permanência de todos/todas os/as estudantes nas escolas, inclusive os/as estudantes LGBT, ferindo assim a Constituição Federal, os marcos normativos da educação brasileira e as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. Significa a inferiorização da população LGBT nas ameaças e chantagens, baseadas em inverdades e falácias, realizadas junto ao governo por setores retrógrados, movidos por interesses espúrios e nem um pouco interessados nos princípios constitucionais da dignidade humana, da não discriminação e da igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (MEDEIROS, 2017, online).

As possíveis consequências trazidas pela retirada das discussões de gênero e orientação sexual no ambiente escolar podem ser muitas: um aumento do patriarcado, impunidade aos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, violência contra a mulher e o aumento da violência contra os LGBTs, trazendo consigo o forte aumento a desigualdade, a homofobia, feminicídio, machismo e aumento nos índices de suicídio que, em geral, vem ocorrendo com mais frequência por homens, por serem inibidos de ter algum tipo de sentimentalismo/fragilidade, hábitos ditos pertencentes ao sexo feminino, algo que nos vem sendo ensinado desde cedo pelos pais, o convívio e a mídia.

A intenção de mencionar as questões de gênero e sexualidade no documento da BNCC para a inclusão tanto de gênero quanto a orientação sexual era para não termos o agravamento desses índices de violência.

Ao compararmos dois documentos curriculares: os PCN e a BNCC, com datas tão distantes, percebemos que o mais antigo nos fornece uma melhor visão e vivência das questões de gênero e orientação sexual, visto que no documento recente, essas questões sofrem um retrocesso inexplicável - se analisados os benefícios que o tratamento das questões de gênero e orientação sexual poderia oferecer se trabalhados já na Educação Infantil, pois as crianças não nascem odiando ninguém nem tratam alguém diferente só pela questão do seu sexo biológico. Pelo contrário, enquanto pequenas elas compartilham dos mesmos interesses, descobertas e possuem o imenso desejo de compreender o mundo que as rodeia.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos documentos analisados e das questões que estão mais em foco na sociedade referente às discussões de gênero e orientação sexual, percebemos que essas temáticas se encontram excluídas ou, no máximo, mascaradas na versão final da BNCC. Isso foi feito baseado na ideia de não gerar atritos, devido às divergências políticas, pois ao longo da construção do referido documento houve bastante pressão de grupos conservadores exigindo o não tratamento do assunto.

Assim, sob a alegação de não tomar partido nem nas posições contrárias nem nas favoráveis à discussão, acabou-se favorecendo os interesses conservadores. Como resultado, o que temos é a exclusão, inclusive, das palavras gênero e orientação sexual da terceira versão da BNCC, passando a constar em seu lugar apenas palavras que disfarçam seu significado, sendo em muitos casos usadas as palavras “diferenças e diversidade”.

As discussões acerca das diferenças e diversidade encontram-se presentes em quase todas as áreas nas quais se apresentavam nas duas versões anteriores, só que em contextos que não nos possibilita perceber de forma explícita que ali está se referindo a gênero ou a orientação sexual, pois os trechos se encontram mascarados, aderindo-se a uma forma de tratamento pela via do silenciamento.

Deste modo, entendemos que esta versão da BNCC precisa ser reavaliada para que possa reconhecer o alto valor de se trabalhar às questões de gênero e orientação sexual no ambiente escolar, sendo um tema apresentado com mais clareza, com foco em não mascarar estas discussões e dando apoio aos professores para que possam adentrar mais profundamente nas discussões de gênero e orientação sexual, pois é sabido que são temas que ainda hoje são vistos como algo sem tanta importância e que a falta de sua discussão não traria nenhum problema referente a uma sociedade que vem sendo marcada pelo medo e pelas diferenças.

Portanto, é preciso entender que o corpo humano não é apenas uma máquina de reprodução, que deve ser ensinada apenas a questão reprodutiva e as mudanças pelas quais os corpos passam durante a puberdade e os riscos das doenças sexualmente transmissíveis. É importante, também, esclarecer que nem todos terão as mesmas clarezas em relação ao seu gênero, orientação sexual e identidade e isso pode colocá-los em situações de riscos, de indiferença em relação aos outros e de uma imensidão de perguntas, sendo de bom grado que estas mesmas fossem mais amplamente respondidas com seus conceitos corretos, mostrando uma visão não somente do seu corpo, mas de todos os corpos das diversas mudanças existentes para que assim não haja explicações distorcidas e causadoras de tantos rótulos e discriminação.

É por esta e outras questões que a menção desses mínimos detalhes deveria permanecer na BNCC, não estando ela somente relacionada à reprodução, ao ser somente biológico, e sim, entender que este ser tem uma vida em sociedade e que esta mesma sociedade não aparenta ser tão generosa em relação às diferenças que abrangem o magnífico corpo humano.

## REFERÊNCIAS

ABGLT Divulga carta sobre retirada dos termos Orientação Sexual e Identidade de Gênero do BNCC [BEAUVOIR, S. \*\*O segundo sexo\*\*. A experiência vivida. Paris: Librairie Gallimard, 1967.](https://ctbrj.wordpress.com/2017/04/13/abgl- Acesso em: 12 nov. 2019.</a></p></div><div data-bbox=)

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: orientação sexual. Br 1997b.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília: MEC, 2015(1ª versão).

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília: MEC, 2016(2ª versão).

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília: MEC, 2018(3ª versão).

CIXOUS, H. O riso da Medusa (1975). *In*: BRANDÃO, I. (org.). **Tradução da cultura**: perspectivas c (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017, p.129-155.

MEC retira termo “orientação sexual” da versão final da Base Curricular. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-1> Acesso em: 19 nov. 2019

GALLI, V. ideologia de gênero, República Federativa do Brasil Diário da Câmara dos Deputados, an sexta-feira, 22 de maio de 2015. Disponível <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=&txPartido=&txUF=&dtInicio=&dtFim=&txTexto=&txSumario=ideologia+de+g%C3%AAnero&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&mp;TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>. Acesso em: 05 dez. 2019.

GONÇALVES, L. A. **História & Gênero**. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2006.

Goiás Pesquisas/Mais Goiás: quase 90% das mulheres já foram vítimas de violência. <https://www.emaisgoias.com.br/goias-pesquisasm-ais-goias-quase-90-das-mulheres-ja-foram-vitimas-de-violencia/> Acesso em 20 out. 2019.

HENRIQUE, G. P. R. T.; SILVINO, M. D. A importância de se trabalhar gênero nas escolas: Uma abordagem. **Anais** do VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. UFMA, agosto de 2017.

Histórico da BNCC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 10 Nov. 2019.

Mais de 70% da violência sexual contra crianças ocorre dentro de casa. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/> Acesso em 26 Nov. 2019.

Mapa interativo centraliza dados sobre violência de gênero no Brasil. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/18/> // Acesso em: 26 Nov. 2019.

O QUE é educação da sexualidade e por que é importante? Disponível em: <http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/servicos/25/336>. Acesso em: 16 jun. 2019.

OLIVEIRA, L. F.; COSTA, R. C. R. “Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é.” Debatendo a diversidade de gênero. *In*: OLIVEIRA, L. F.; COSTA, R. C. R. **Sociologia para jovens do século XXI**: manual do professor. Janeiro : Imperial Novo Milênio, 2016.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20 n 2, p. 71-99.

TAKAYAMA, Ideologia de Gênero – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fyau3HnT8yc>. Acesso em: 16 jun. 2019.

VOCÊ sabe o que é Orientação Sexual? Disponível em: <http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/orientacao-sexual> Acesso em: 16 jun. 2019.

76,4% das mulheres que sofrem violência conhecem o agressor. Disponível em:

<https://jovempan.com.br/noticias/brasil/764-das-mulheres-que-sofrem-violencia-conhecem-o-agressor.html> Acesso em: 20 out. 2019.

Licenciada em História pelo Centro Universitário Internacional UNINTER e educadora voluntária no Programa Novo Mais Educação na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Imaculada Conceição, São José da Tapera, Alagoas.